



OPINIÃO

GREGÓRIO GOUVEIA
gregoriogouveia.blogspot.pt

Da confiança à crise dos Bancos (35)

O ESFG-Espírito Santo Financial Group é que controlava a área financeira do GES-Grupo Espírito Santo, incluindo o BES com 25% do capital social.

Os problemas financeiros das empresas do GES surgiram em catadupa, pondo em causa a capacidade da Família Espírito Santo de evitar o seu desmoronamento.

Em dia 11 de julho de 2014, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários anunciou que as vendas a descoberto das ações do BES permaneciam proibidas por mais dois dias, tendo baixado 5,5% para 0,481 euros, tendo perdido, desde o início do ano 49% do seu valor. Apesar disso, o BES esclareceu que detinha 2,1 mil milhões de euros acima do rácio mínimo regulamentar e uma exposição de 1,182 mil milhões de euros ao GES.

A substituição compulsiva de Ricardo Salgado da liderança do BES foi razão para, em 14 de julho, o mercado ser informado que o Conselho de Administração decidiu cooptar Vítor Bento, José Almeida Honório e João Moreira Rato para as funções de presidente da Comissão Executiva, vice-presidente da Comissão Executiva e administrador financeiro. Foi comunicado à CMVM: “as nomeações visam substituir Ricardo Espírito Santo Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo e José Maria Espírito Santo Ricciardi, também membros da Comissão Executiva, que haviam renunciado ao mandato”.

Estas nomeações foram comentadas pelo Ministro da Defesa, Aguiar Branco, ao considerar que “a entrada em funções da nova gestão do BES é mais um sinal de que a instituição bancária não representa um risco especial para os depositantes (...) a opção vai ao encontro da ideia que tem sido transmitida pelo Banco de Portugal e pelo Governo de que não há um risco em especial. Creio que essas decisões vão ao encontro dessa afirmação que foi feita pelo Banco de Portugal e pelo primeiro-ministro e que eu corroboro, que é passar a mensagem que em termos de

instituição bancária BES não há um risco com essa instituição bancária em especial”.

Os acontecimentos desfavoráveis ao BES precipitaram-se a passos largos, de tal ordem que a Assembleia Geral Extraordinária que estava para realizar-se no dia 31 de julho foi desconvocada dois dias antes pelo presidente da mesa, com os motivos que considera válidos: “A Mesa da Assembleia Geral do BES, ciente da complexidade das circunstâncias que levaram a esta mudança de posição dos dois acionistas proponentes, e lamentando o incómodo que desta mudança, tomada na véspera da data marcada, possa advir para os demais acionistas, vem, assim, comunicar a desconvocação da Assembleia Geral Extraordinária que estava previsto realizar-se no Hotel Altis, em Lisboa, no dia 31 de julho de 2014, às 10 horas”.

Apesar de, em 3 e 10 de julho, o Banco de Portugal ter garantido que o BES estava sólido e que tinha tomado medidas específicas para evitar riscos de contágio ao banco resultantes do ramo não-financeiro do GES, o certo é que, no dia 3 de agosto, foi o mesmo Banco de Portugal que deliberou “aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução”, acrescentando que “A generalidade da atividade e do património do Banco Espírito Santo, S.A. é transferida, de forma imediata e definitiva, para o Novo Banco, devidamente capitalizado e expurgado de ativos problemáticos. Os depósitos são plenamente preservados, bem como todas as obrigações não subordinadas”.

O mês de agosto de 2014 marca, assim, a tresloucada iniciativa de dividir o BES no “banco bom e no banco mau”, com a injeção de 4.900 milhões de euros para colocar em funcionamento o «NOVO BANCO», separando os “ATIVOS TÓXICOS”, assim denominados pelos doentes mentais que dirigem o (des)Regulador do sistema financeiro. ■

(continua)
gregoriogouveia.blogspot.pt

PRESERVAÇÃO DOS VALORES CULTURAIS ‘CONTINUA A SER UM DOS NOSSOS MAIORES PECADOS’

O presidente da direção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, António Vilar, denuncia que os portugueses “admiram tudo o que é ou vem do estrangeiro” e “esquecem-se o que os nossos antepassados nos deixaram em herança cultural”.

António Vilar, presidente da direção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN), alerta que “a Defesa Nacional vai muito para além do que geralmente os cidadãos menos avisados pensam”, defendendo que é preciso “desfazer certos mitos e criar na consciência de todos um espaço amplo” que conduza a “uma cultura de Segurança e Defesa necessária”.

Registe-se que a Madeira foi o local escolhido para a AACDN realizar o seu Encontro Anual. António Vilar realça que a delegação da Madeira da AACDN “é um orgulho para a direção nacional e para todos os Auditores”.

JOÃO TOLEDO

jtoledo@tribunadamadeira.pt

Tribuna da Madeira (T.M.) - A Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN) está a realizar, desde o dia 5 e até ao dia 8 de outubro, o seu Encontro Anual na Região Autónoma da Madeira. Porquê a escolha da Madeira?

António Vilar (A.V.) - A

aberto, voltado, também, para a sociedade civil, em geral.

A direção a que tenho a honra de presidir – e desde as eleições, no início do ano de 2016, dos respetivos corpos sociais – de uma forma muito espontânea, inclinou-se, desde logo, para a realização do Encontro de 2016, na Madeira. Contactados os dirigentes locais, sentimos que viam com entusiasmo essa possibilidade. E, depois, foi o trabalho de tudo organizar a tempo e horas e com a dignidade de que a AACDN e a Madeira não prescindem. Sublinho que foi uma deliberação tomada por unanimidade.

T.M. - Quantos auditores estão presentes neste evento?

A.V. - Contamos com a presença de mais de trinta Auditores da Defesa Nacional.

T.M. - Quais os pontos que mais destaca do programa deste Encontro?

A.V. - Sendo um Encontro, e pelo antes explicado, a parte de convívio entre Auditores será muito relevante, mas a visita às autoridades regionais, civis e militares, a conferência a realizar sobre o Mar, e o contacto direto com a realidade da Madeira complementarão, no âmbito do político, e especificamente dos objetivos da AACDN, tal Encontro.

T.M. - A conferência sobre “A Economia Azul

AACDN leva a cabo, todos os anos, um evento através do qual pretende aproximar-se, mais e mais, dos seus associados ou, então, cumulativamente, dar notícia, no espaço público, da sua atividade. Assim, organiza tradicionalmente num ano, um Encontro e, no seguinte, um Congresso. No primeiro caso, trata-se de um evento mais virado para dentro, ou seja, para os próprios auditores e a sua associação. Por seu turno, o Congresso pretende ser mais

na RAM” é um dos pontos altos do programa. Considera que as potencialidades do mar na dinamização da economia têm sido bem aproveitadas?

A.V. - O Mar, visto de diversos ângulos, tem suscitado a curiosidade intelectual de muitos estudiosos, académicos e políticos. Mas sabe-se ainda muito pouco das potencialidades do mar português (desde logo na sua futura dimensão).

Há ideias fantásticas, imensos possíveis, mas é incontornável a conclusão de que ainda não se passou à concretização do pensamento. Hoje ainda olha-se o mar – que, de resto moldou em muitos aspetos a cultura portuguesa – de um modo romântico. Ora o Mar é, cada vez mais, merecedor de atenção económica e geoestratégica.

A cultura e os valores em Portugal ‘são muitas vezes ignorados’

T.M. - O programa do encontro contempla, ainda, visitas a museus e igrejas, indo de encontro a um dos objetivos da AACDN, designadamente, “preservar e pro-

jetar os valores culturais que contribuem para o reforço da identidade nacional”. Considera que a sociedade ainda tem alguma dificuldade em se consciencializar sobre a importância da preservação dos valores culturais?

A.V. - Esse continua a ser um dos nossos maiores pecados. Admiramos tudo o que é ou vem do estrangeiro, não é nosso, e esquecemos o que os nossos antepassados nos deixaram em herança cultural. Muitos conhecem a Torre Eiffel, mas não terão visitado a Igreja dos Clérigos, no Porto...

Por outro lado, a tecnocracia e o capitalismo financeiro desregrado não alcançaram, ou ignoram propositadamente, os valores culturais do país. A cultura e os valores em Portugal, vista também a situação económico-financeira dramática em que vivemos ainda não tem exploradas todas as suas potencialidades. Creio, porém, que, com o extraordinário crescimento do turismo, para além do de praia e sol, está a criar condições para olharmos para aquilo que antes desprezámos, ainda que seja por



António Vilar, presidente da direção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

meras razões económicas. E os mais jovens estão à frente deste processo.

T.M. - E considera que os assuntos ligados à Segurança e à Defe-

sa Nacional cativam a atenção de um número cada vez maior de portugueses?

A.V. - Creio que sim, mas ainda muito longe do que

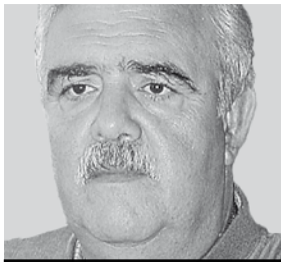
seria desejável ou, até, necessário. Decerto que a vaga de terrorismo atual, por via do medo que instala nas pessoas, tem levado muitos a informar-se sobre como evitar ou minimizar a insegurança e os riscos deste tempo. Só que a Defesa Nacional vai muito para além do que geralmente os cidadãos menos avisados pensam e, por isso, há que desfazer certos mitos e criar na consciência de todos um espaço amplo para o que é a Defesa Nacional, ou seja uma cultura de Segurança e Defesa necessária, também, para obviar às tentações securitárias e de restrições dos direitos fundamentais, que já se vislumbram noutros países.

Permito-me recordar, neste aspeto, a importante ação do IDN – Instituto de Defesa Nacional na divulgação e reforço de uma cultura de cidadania para a Defesa junto dos alunos das nossas escolas, superiormente dirigidas pelo senhor General Rodrigues Viana, nomeadamente em Baião, distrito do Porto, em que o Coronel Paulo Lourenço tem feito um trabalho excecional e que se irá estender por outros espaços escolares.

T.M. - Partindo dos



A vaga de terrorismo atual “tem levado muitos a informar-se sobre como evitar ou minimizar a insegurança e os riscos deste tempo”



OPINIÃO

VIRGÍLIO PEREIRA

Ilha do Porto Santo – Repositório de boas memórias

Ainda há pouco tempo estive sentado numa esplanada implantada num nível superior ao da praia, usufruindo de uma extasiante e singular paisagem, que é a baía da ilha, especialmente numa tarde de sol, como a que desfrutei, em que o céu se manteve totalmente despido.

Inebriado por esse quadro da Natureza, dei por mim a reavivar boas memórias de factos por mim vividos nessa ilha encantadora. Contam-se já setenta anos sobre a primeira vez que veraneei na Ilha Dourada. Depois, em todos estes anos, tive o privilégio de repetir essa experiência que acabou por se tornar indispensável na minha família.

Foi a minha mãe que despertou em nós essa paixão, porque já nos anos vinte do século passado ela se deixou enfeitiçar pelo Porto Santo. Ainda hoje, passados mais de noventa anos, ela nutre os mesmos sentimentos pela ilha. Se a saúde o permitir, minha mãe está sempre disponível para passar uns dias na ilha vizinha, em qualquer época do ano.

Até há trinta e sete anos, os amigos e familiares que lá possuíam moradia de férias ofereciam-nos abrigo. Por essa altura os meus pais mandaram construir a nossa actual residência de veraneio ou de outro uso em qualquer altura do ano. Parece-me que essa tradição será mantida pelos meus filhos e netos. Sinto-me satisfeito por isso.

O velho cais das colunas e a praia trazem-me memórias diversas, tais como: as serenatas em que participei na ponta do cais; as pescarias a que assisti por grandes pescadores amadores; os namoros de férias que aí tive na minha adolescência; o carregamento e descarregamento das embarcações – “carreiros” –

do Porto Santo que faziam a ligação com o Funchal e vice-versa, transportando carga diversa e passageiros.

Viajei nelas muitas vezes, mas logo depois de serem motorizadas, sem dispensarem o empurrão das velas que, antes disso, as moviam. As viagens nocturnas, com luar e mar de azeite gravaram-se, pela sua beleza, no meu espírito. Ainda me recordo de homem a acender os candeeiros públicos no centro da vila, por volta das Avé-Marias. Não havia produção de energia eléctrica na ilha. Nas nossas casas imperavam os candeeiros de mesa, a petróleo, e a lenha era o combustível para cozinhar e aquecer a água para as necessidades higiénicas. Foi uma conquista para a qualidade de vida das populações o aparecimento das “cozinheiras” ou fogareiros a petróleo.

Calcorreei a ilha de lés a lés. Todos os anos participava em passeios pedestres, enquanto me foi possível. Vi paisagens maravilhosas, de uma beleza diferente das da Madeira, mas tão únicas e belas.

Enfim, muito mais poderia dizer, mas falta-me espaço. Porém, reafirmo que a Ilha do Porto Santo, onde conheci e conheço muita gente boa, como é a população em geral, é para mim, de entre tantas outras coisas agradáveis, um repositório de boas memórias da minha vida.

É e há-de continuar a ser, cada vez mais, um lugar seguro e repousante para que o demande. Para além disso, convida ao contacto com a Natureza e já oferece uma boa animação, a nível lúdico, cultural e desportivo. Que se constitua, a breve trecho, um marco de referência para o turismo nacional, europeu e mundial. ■



“Muitos conhecem a Torre Eiffel, mas não terão visitado a Igreja dos Clérigos, no Porto.”

conceitos de Segurança e de Defesa e de que o primeiro é mais amplo que o segundo e sendo certo que os nossos tempos se caracterizam pela volatilidade, incerteza e perigosidade, estarão os cidadãos adequadamente sensibilizados para os mesmos e, em particular os mais jovens?

A.V. - Não me parece e, até, longe disso. Daqui a necessidade de, sob a superior coordenação do IDN, os Auditores de Defesa Nacional terem de cumprir, cada vez com mais denodo e rigor, a missão que a AACDN se impôs. De resto a Segurança e a Defesa Nacional constituem-se e exprimem valores culturais e civilizacionais, essenciais à vida neste mundo em que nos é dado viver.

T.M. - **A delegação da Madeira da AACDN tem tido um papel ativo?**

A.V. - A delegação da Madeira da AACDN é um orgulho para a direção nacional e para todos os Auditores. Pela atividade desenvolvida no passado e pelos projetos de futuro que alimenta.

É, também, para agradecer a todos os Auditores madeirenses, que aqui estamos reunidos. Seja-me permiti-

do, sem desprimor para os demais Auditores e amigos, sublinhar a ação extraordinária do Dr. Brazão de Castro.

T.M. - **E a Madeira já tem muitos cidadãos que frequentaram os Cursos de Defesa Nacional?**

A.V. - Não. Nem nunca terá porque a nossa ambição é muito grande. O nosso país precisa de incutir na cidadania ativa os ideais (e os conhecimentos, claro) que se exprimem na área específica da Segurança e da Defesa. E este trabalho não tem limites, sobretudo quando uma nova era, diferente em tudo de anteriores, complexa, tem de ser o nosso mapa.

T.M. - **São muitos os formandos que desistem a meio dos Cursos de Defesa Nacional, tendo em conta o número de faltas permitidas?**

A.V. - Tal não será um problema axial. O maior problema é, a meu ver, cativá-los para prosseguirem, após os Cursos, no caminho da reflexão e da atividade cívica. Alguns Auditores, muitos na realidade, desapareceram, esquecendo-se de agradecer o que o país lhes deu. E isto não é agradável em muitas situações. Felizmente que muitos outros, designadamente através de AACDN,

dizem sempre “presente!”

T.M. - **Até que ponto o debate e a atualização de conhecimentos sobre Segurança e Defesa Nacional e estreitar os laços de solidariedade entre eles é importante para o cidadão?**

A.V. - A defesa da soberania nacional é um objetivo estratégico que deverá marcar inequivocamente o nosso itinerário cultural enquanto cidadãos de um país democrático – o que nos envolve a todos e não só aos Auditores de Defesa Nacional. Quanto a estes, porém, são maiores as obrigações e o dever de solidariedade. Também por isso viemos à Madeira!

T.M. - **Qual o balanço que faz do seu mandato como presidente da direção da AACDN?**

A.V. - Ainda não concluí sequer um ano na direção da AACDN pelo que é cedo para fazer balanços. De resto posso dizer-me um espírito inquieto que nunca está satisfeito com o feito. O futuro – e o que falta fazer – são algo que me acompanha cada dia e se me impõe como cidadão.

Não tenho medo de falar de pátria e de patriotismo, valores que se devem opor ao populismo, ao nacionalismo e à xenofobia. ■